

**AO JUÍZO DA VARA CÍVEL DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE  
xxxxxxxxxxxx/xx.**

**Fulano de tal, nacionalidade, estado civil. Profissão** portadora da carteira de identidade n.º xxxxxx SSP/xx, inscrita no CPF sob n.º xxxxxxxxxxxx, natural de xxxxx-xx, filha de fulno de tal e fulano de tal, residente e domiciliada no endereço, xxxxxxxxxxxx, CEP xxxxxxxxxxxx, telefones (xx) xxxxxxxx e (xx)xxxxxxxxx, vem respeitosamente à presença da Vossa Excelência, por intermédio da Defensoria Pública do Distrito Federal-Núcleo de xxxxxxxxxxxx, propor a presente:

**AÇÃO INOMINADA com**

**PEDIDO DE TUTELAO PROVISÓRIA DE URGÊNCIA**

Em face de **fulano de tal, nacionalidade, estado civil, profissão**, portador da carteira de identidade n.º xxxxxx SSP/xx, inscrito no CPF sob o n.º xxxxxxxxxxxx, residente e domiciliado no endereço xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, CEP xxxxxxxx, pelos fatos e fundamentos jurídicos a seguir expostos:

**DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA**

Inicialmente, a Requerente informa **que trabalha como xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx e aufera uma renda mensal de R\$ xxxxxxxx (xxxxxxxxx reais)** conforme contracheque em anexo, razão pela qual não dispõe de condições financeiras para arcar com o pagamento das custas e eventuais honorários de sucumbência sem prejuízo de seu sustento e de sua família, o que

justifica seu pedido aos benefícios da gratuidade de justiça, nos termos da previsão constante na Lei n. 1.050/60.

## **DOS FATOS**

A Requerente, na data de xx/xx/xxxx, **realizou um negocio jurídico de compra/troca verbal com o Requerido**, envolvendo um veículo, xxxxxxxxxxxx , espécie tipo xxxxxxxxxxxx, combustível xxxxxxxx, placa xxxxxxx, chassi xxxxxxxxxxxx , cor xxxxxxx, ano xxxx, pertencente à Requerente, financiado no Banco tal.

Nesse sentido, a Requerente entregou o veículo supracitado ao Requerido em troca do pagamento do valor de R\$ xxxxxx (xxxxx reais).

Ainda, houve por parte do Requerido, **o comprometimento de quitar a totalidade das parcelas vincendas do financiamento do veículo entregue pela Requerente**, com devida a transferência para o nome do Requerido junto à financeira e DETRAN.

As partes concordaram em fazer a troca dos veículos, **onde o Requerido ficaria responsável** de fazer a quitação das parcelas remanescente do financiamento junto ao Banco tal, bem como, seria responsável pelos pagamentos de eventuais tributos, seguros, taxas do DETRAN e multas de trânsito que viessem a incidir sobre o veículo xxx a partir de xx/xx/xxxx.

## **DO DESCUMPRIMENTO DO ACORDO PELO REQUERIDO**

Ocorre, que após realizado o negócio em questão, a Requerente ficou sabendo que o Requerido havia vendido o carro tal para terceira pessoa, não cumprindo, portanto com o acordo celebrado entre eles. As partes pactuaram verbalmente e por meio de procuração, **que o Requerido teria a posse exclusiva do veículo, bem como, arcaria com (o pagamento das prestações, impostos, seguro obrigatório e taxas do veículo)**. **Contudo o Requerido não pagou nenhuma prestação**, e, além disso, passou o veículo para um terceiro. **O que fatalmente resultou na inscrição do nome da Requerente nos órgãos de proteção ao crédito SERASA e SPC.**

Também, o Requerido não efetuou o pagamento dos valores de IPVA, seguros e demais taxas do DETRAN incidentes sobre o veículo, quais sejam

os débitos até o momento:

Débito	Valor
Multas de Trânsito	R\$
IPVA	R\$
Seguro DPVAT	
Taxas Licenciamento Detran	

Como se vê diante da má-fé do Requerido a Requerente teve diversos constrangimentos morais, **haja vista que, ficou inadimplente para com a instituição Banco tal, recebeu várias cobranças da financeira e teve seu bom nome inscrito no rol dos inadimplentes.** Desse modo, a Requerente teme em ser demandada em processo de busca e apreensão do veículo.

## DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

Esta real situação vivida pela Requerente tem origem no pleno descumprimento contratual pelo Requerido de suas obrigações assumidas quando recebeu o veículo objeto de discussão nos autos, onde se afigura incontestemente o desrespeito por parte do Requerido ao princípio da função social do contrato e da boa-fé objetiva, expressamente positivado em diversas passagens da nova lei civil substantiva, preceituando seu art. 422, ***in verbis***:

*“Art. 422 – Os contratantes são obrigados a guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios de probidade e boa-fé.”*

Trata-se da boa-fé como regra impositiva de conduta aos que adentram em uma relação obrigacional. É ela, pois, que desempenha função de cláusula geral. É fonte de deveres específicos de conduta, operando, ainda, como limite ao exercício de direitos, impondo deveres de consideração para com o parceiro contratual, consubstanciados na abstenção de comportamentos que possam prejudicar o outro contratante, afetando os seus legítimos interesses. O

mais imediato dever que decorre da boa-fé é o de lealdade para com o outro contratante.

Ademais, destacamos que também não foram cumpridos por parte do Requerido, **os deveres de confiança e lealdade que devem nortear os contratantes**, deveres estes que foram bem explicitados nas palavras da Professora Cláudia Lima Marques, *verbis*:

*"Como ensinam os doutrinadores europeus, **fides significa o hábito de firmeza e de coerência de quem sabe honrar os compromissos assumidos, significa, mais além do compromisso expresso, a 'fidelidade' e coerência no CUMPRIMENTO da expectativa alheia independentemente da palavra que haja sido dada, ou do acordo que tenha sido concluído; representando, sob este aspecto, a atitude de lealdade, de fidelidade, de cuidado que se costuma observar e que é legitimamente esperada nas relações entre homens honrados, no respeitoso CUMPRIMENTO das expectativas reciprocamente confiadas. É o compromisso expresso ou implícito de 'fidelidade' e 'cooperação' nas relações contratuais, é uma visão mais ampla, menos textual do vínculo, é a concepção leal do vínculo, das expectativas que desperta (confiança).***

***Boa-fé objetiva significa, portanto, uma atuação 'refletida', uma atuação refletindo, pensando no outro, no parceiro contratual, respeitando-o, respeitando seus interesses legítimos, suas expectativas razoáveis, seus direitos, agindo com lealdade, sem abuso, sem obstrução, sem causar lesão ou desvantagem excessiva, cooperando para atingir o bom fim das OBRIGAÇÕES: o CUMPRIMENTO do objetivo contratual e a realização dos interesses das partes.*** (Contratos no Código de Defesa do Consumidor, 4ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002, p.181-182)

Para solucionar o problema, o contrato verbal entre a Requerente e o Requerido deve ser rescindido judicialmente, devolvendo as partes ao *status a quo*, ou seja, **o veículo xxxxxx deve ser devolvido a Requerente.**

## **DAS INDENIZAÇÕES DEVIDAS PELO REQUERIDO**

Ainda, **e com a finalidade de evitar um enriquecimento ilícito por parte do Requerido**, que a princípio deveria, na rescisão contratual, receber de volta da Requerente o valor pago a favor da Requerente pelo veículo xxxxx, **temos que este valor deverá ser considerado como aluguel a ser ressarcido a favor da Requerente, pois durante o período que o Requerido esteve na posse do veículo, este o utilizou e verdadeiramente se beneficiou do bem.**

Desta forma, **no período supracitado a Requerente foi privada do usufruto do bem**, que estava na posse do Requerido, **que não pagou as parcelas do financiamento a que tinha se obrigado perante a Instituição Financeira.**

Assim, e considerando que a indenização por perdas e danos deve corresponder também ao período em que o Requerido, sem pagar as prestações devidas à Instituição Financeira (**representadas pelas prestações mensais devidas no valor de R\$ xxxxxx**), privou a Requerente da posse do veículo, **deverá o Requerido ser condenado ao pagamento de indenização a favor da Requerente** a título de “aluguel” do veículo, **no valor correspondente a R\$ xxxx mensais**, sob pena de enriquecimento ilícito (uso gratuito do bem), período este que deverá abranger o mês de xxxxxx (**data da entrega física do veículo ao Requeri**) até a efetiva devolução física do bem a Requerente, **valor indenizatório que deverá ser apurado em sede de liquidação de sentença.**

Esta real situação vivida pela Requerente tem origem no pleno descumprimento contratual pelo Requerido, que deve indenizar a autora pelo dano causado de forma integral.

Por fim, **o Requerido deverá ser condenado a quitação dos débitos de IPVA, Seguro Obrigatório e Multas de Trânsito existentes até o momento, e que venham a ser cometidas pelos mesmos até a efetiva entrega/devolução do veículo à Requerente.**

Assim, presente o ato culposo do Requerido, os danos experimentados pela Requerente e o nexo de causalidade, emerge o dever do

responsável pelo evento danoso em indenizar e reparar os prejuízos experimentados, consoante previsão na legislação vigente, em especial nos seguintes artigos do Código Civil:

*Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.*

*Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.*

**Por fim, pertinente a condenação também do Requerido ao pagamento de danos morais a favor da Requerente,** eis que por culpa do Requerido, o nome da Requerente foi lançado nos cadastros do SPC-SERASA pelo não pagamento das prestações do veículo entregue ao Requerido junto a Instituição Financeira, bem como, pelo não pagamento dos impostos/taxas/seguros incidentes sobre o veículo por parte do Requerido, resultou na inscrição do seu nome na Dívida Ativa do DF.

#### **DA NECESSIDADE DE CONCESSÃO DA TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA**

A tutela provisória de urgência é medida que se impõe quando se fazem presentes os pressupostos do art. 300 e ss do CPC, sendo que pelo regramento processual, basta que o juiz faça uma sumária cognição para deferir a tutela de urgência.

No caso em tela, a **probabilidade do direito** encontra-se por demais evidenciada, na medida em que os documentos anexos comprovam que a Requerente é proprietária do veículo xxxxxxxx, placa: xxxxxxxx e, o veículo em questão foi repassado ao Requerido, que tem cometido diversas infrações de trânsito, não tendo ainda efetuado o pagamento de impostos/taxas incidentes sobre o veículo recebido da Requerente.

Ademais, pelo do requerido não ter efetuado o pagamento das prestações do veículo junto a Instituição Financeira, o nome da Requerente foi lançado nos cadastros do SPC-SERASA.

Assim, urge para se evitar maiores prejuízos para a pessoa da Requerente, a a necessidade urgente da concessão da tutela provisória de urgência para obrigar o **Requerida a proceder a entrega do xxxxxxxxxx, placa: xxxxxxxxxx a Requerente.**

Por fim, a negativa da concessão da tutela provisória de urgência pode trazer mais prejuízos financeiros para a Requerente, bem como responsabilização em caso de acidente, sendo que é evidente que na remota hipótese de ao final ser julgado improcedente a presente demanda, a Requerida poderá, pelas vias apropriadas, buscar o direito de entender.

## **DOS PEDIDOS**

Ante o exposto, requer:

a) os benefícios da gratuidade da justiça, nos termos do art. 98, do CPC;

b) **a concessão da tutela provisória de urgência**, nos termos do art. 300 e ss, do CPC, para se determinar que o Requerido proceda a entrega imediata do veículo objeto de discussão nos autos a favor da Requerente, **devendo nesse sentido ser expedido mandado de busca/apreensão e entrega imediata do veículo em tela a favor da Requerente**, e, caso Vossa Excelência entenda pertinente **seja designada audiência de justificação para oitiva da Requerente e das testemunhas**;

c) **alternativamente ao pedido do item b, retro, requer seja determinado o bloqueio judicial do veículo** xxxxxxxxxx, placa xxxxxxxxxx, chassi xxxxxxxxxx, ano xxxx, **junto ao Sistema Renajud -DETRAN para emissão de documentos (CRLV) e circulação**;

d) A citação do Réu, para comparecer a audiência de conciliação/mediação, **considerando o interesse do Autor na sua realização (art. 319, VII, do CPC)**, e restando frustrada essa, que apresente resposta no prazo de 15 dias, sob pena de revelia;

e) a procedência dos pedidos, com a confirmação da tutela provisória de urgência, ou se for o caso, seja esta concedida por ocasião da sentença, **decretando-se a rescisão do contrato de repasse do veículo em discussão nos autos da Requerente a favor do Requerido**, por culpa exclusiva do Requerido, com efeitos **ex tunc**, determinando-se a devolução do veículo xxxxxxxxx, objeto de discussão nos autos à Requerente, **condenando-se ainda, o Requerido a indenizar a Requerente nos valores referentes aos impostos, seguro obrigatório, taxas e multas de trânsito**, incidentes sobre o veículo, que foram cometidas pelo Requerido, no período compreendido entre a entrega física do bem do Requerido até sua efetiva devolução à Requerente, valores estes a serem objeto de apuração em liquidação de sentença;

f) em caso de não ser encontrado o veículo objeto da presente discussão na posse do Requerido, **requer que seja convertida a ação em perdas e danos, devendo o Requerido ser condenado a indenizar a Requerente no valor de R\$ xxxxxxx( xxxxxxxxxxxx reais)**, correspondente ao valor de mercado do veículo, consoante tabela FIPE para o mês de abril de 2012, valor este que deverá ser atualizado e corrigido na data da sentença;

g) **a condenação do Requerido ao pagamento de indenização a favor da Requerente** a título de “aluguel” do veículo, **no valor correspondente a R\$ xxxxx mensais**, sob pena de enriquecimento ilícito (uso gratuito do bem), período este que deverá abranger o mês de xxxxxxxxx (**data da entrega física do veículo ao Requeri**) até a efetiva devolução física do bem a Requerente, **valor indenizatório que deverá ser apurado em sede de liquidação de sentença**;

h) ainda, **requer-se a condenação do Requerido ao pagamento a favor da Requerente de indenização à título de danos morais, no valor de R\$ xxxxxxx decorrentes dos fatos narrados na presente petição**;

h) que a Requerida seja condenada ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios a serem revertidos ao PROJUR.



Requer provar o alegado pelos documentos ora juntados, pela tomada do depoimento pessoal do Requerido e oitiva das testemunhas ao final arroladas.

Atribui-se a causa o valor de R\$ xxxxxxxxx ( **VALOR DA CAUSA = VALOR DO VEÍCULO + MULTAS/TAXAS/IMPOSTOS EM ABERTO + DANOS MORAIS**)

Nestes Termos, Pede Deferimento.

xxxxxxxxxxxx-xx, xx de xxxxxxxx de xxxx.

**Fulano de tal**

**FULANO DE TAL**  
Defensor Público

#### **ROL DE TESTEMUNHAS**

**Fulano de tal, nacionalidade, estado civil, profissão**, residente e domiciliado no xxxxxxxxxxxx, telefone (xx) xxxxxxxxx.

**Fulano de tal, nacionalidade, estado civil, profissão**, residente e domiciliado no xxxxxxxxxxxx, telefone (xx) xxxxxxxxxxxx.

**Fulano de tal, nacionalidade, estado civil, profissão**, residente e domiciliado no xxxxxxxxxxxx, telefone (xx) xxxxxxxxx.